

COMPLEXIDADE INTELECTUAL

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- A redação deverá ser redigida em até **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Observe o trecho a seguir, de Marques Rebelo:

Magra, ágil, elegante, Loló era feia de rosto, mas os olhos — somente os olhos! — grandes, imensamente negros, faziam-na bela. O pai era rico, bastante rico, a sua casa, recém-construída, era a mais bonita da rua, branca, com os beirais azuis, um jeito de casa de boneca.

Trata-se de um texto predominantemente descritivo, sobretudo pelo uso de

- (A) adjetivos, inscrevendo uma avaliação sobre personagens e objetos.
- (B) verbos no passado, indicando uma sucessão de fatos e acontecimentos.
- (C) vírgulas em sequência, com omissão de conectivos, contribuindo para a fluidez do texto.
- (D) advérbios, permitindo uma perspectiva objetiva sobre os personagens.
- (E) substantivos abstratos, marcando uma apresentação precisa da cena.

2

Assinale a alternativa em que o sufixo de grau marca uma avaliação do enunciador em relação ao enunciado.

- (A) Batendo com o braço num dunquerque, veio atirar ao chão uma figurinha de biscuit, que se esfacelou em inúmeros fragmentos, quase sem ruído.
- (B) O major contou a sua visita a Floriano, a sua próxima incorporação ao batalhão Cruzeiro do Sul.
- (C) Apanhou a sombrinha, concertou o véu e saiu solene, firme, alta e nobre.
- (D) Atravessaram o velho parque imperial transversalmente, desde o portão da Cancela até à linha da estrada de ferro.
- (E) Coisa difícil! Namorar, escrever cartinhas, fazer acenos, dançar, ir a passeios — ela não podia mais com isso.

3

Assinale a alternativa em que o elemento destacado apresenta função sintática diferente das demais.

- (A) Depois de tanto tempo, esquecera-se de como eram bonitas as alegrias do casamento.
- (B) Apagaram-se as luzes imediatamente após o belíssimo espetáculo de dança.
- (C) Todo indivíduo torna-se mais maduro, à medida que vence as adversidades.
- (D) Dirigiu-se ao grupo de alunos quando terminou a explicação da matéria.
- (E) É dever de todo representante do povo preocupar-se com o bem-estar da população.

4

Observe os versos a seguir de Gregório de Matos:

“Oh não aguardes, que a madura idade,

Te converta essa flor, essa beleza,

Em terra, em cinza, em pó, em sombra, em nada.”

Assinale a alternativa **incorreta** sobre a interpretação dos versos.

- (A) A construção “madura idade” é utilizada, nos versos, como sinônimo de “velhice”.
- (B) Existe uma valoração positiva da juventude em relação à velhice.
- (C) Nota-se uma perspectiva irônica em relação à reflexão sobre a passagem do tempo.
- (D) O último verso inscreve uma gradação, considerando os substantivos em sequência.
- (E) Flor é um substantivo que, nos versos, é associado à imagem da juventude.

5

Considerando o verbo “haver” e suas locuções, assinale a alternativa que apresenta desvio de concordância verbal.

- (A) Tonto de pavor, o povo ingênuo perdeu, em momentos, as crenças que o haviam empolgado.
- (B) Houve mesmo algumas deserções, rareando principalmente as fileiras que deviam tornar-se mais fortes.
- (C) De sorte que se, por um golpe de ousadia, os jagunços, em trechos adrede escolhidos, houvessem salteado o último, o refluxo da primeira estacaria de encontro às baterias engasgadas nas veredas estreitas.
- (D) Teve que calcar, seguidamente, quarenta quilômetros de estrada deserta, até uma ipueira minúscula, a Lagoa do Boi, onde haviam uns restos de água.
- (E) Num tripúdio de símios amotinados pareciam haver transmutado tudo aquilo num passatempo doloroso e num apedrejamento.

6

“O aquecimento global está atingindo milhões de pessoas de uma vez”.

Assinale a alternativa que substitui, sem prejuízo de sentido, a expressão sublinhada.

- (A) Ao mesmo tempo.
- (B) Rapidamente.
- (C) Às vezes.
- (D) Progressivamente.
- (E) Momentaneamente.

7

Assinale a alternativa em que a palavra destacada sofreu processo de formação diferente das demais.

- (A) Não sentia constrangimento pelo enriquecimento ilícito.
- (B) Havia empobrecido depois do descontrole financeiro.
- (C) Envergonhar-se de seus equívocos é um passo para o crescimento.
- (D) Um sinal de fraqueza é calar-se diante de um caso de deslealdade.
- (E) O menino acordou assustado com a chuva.

8

Observe os versos abaixo, de Manoel de Barros:

No descomeço era o verbo.

Só depois é que veio o delírio do verbo.

O delírio do verbo estava no começo, lá onde a

criança diz: *Eu escuto a cor dos passarinhos.*

Assinale a alternativa correta sobre a leitura do trecho.

- (A) Percebe-se uma forte intenção estética, em que se explora uma linguagem plurissignificativa.
- (B) Existe a representação de uma realidade tangível, expressa por meio de uma causalidade lógica.
- (C) Nota-se que o modo como os versos se estruturam independem da construção dos sentidos possíveis.
- (D) Verifica-se, majoritariamente, uma linguagem denotativa e a ausência de figuras de linguagem.
- (E) Há presença de linguagem objetiva, com predomínio do conteúdo sobre a expressão.

9

Assinale a alternativa em que a expressão destacada possui valor adverbial.

- (A) Todos sempre souberam que aquele era um homem de coragem.
- (B) O professor falava de assuntos variados, de filosofia a economia.
- (C) A resposta dos críticos ao resultado divulgado demonstra insatisfação.
- (D) É possível perceber a necessidade de recursos para resolver o problema.
- (E) Mostraram-se apreensivos com a demora da entrega da encomenda.

10

Assinale a alternativa em que a inserção da vírgula não altera o sentido da frase.

- (A) Falam tanto que ele não trabalha/ Falam tanto, que ele não trabalha.
- (B) Visitei minha filha que mora no Rio de Janeiro. / Visitei minha filha, que mora no Rio de Janeiro.
- (C) Hoje encerramos as inscrições para o concurso. / Hoje, encerramos as inscrições para o concurso.
- (D) Não temos mais vagas. / Não, temos mais vagas.
- (E) O garoto jogará só amanhã. / O garoto jogará só, amanhã.

Gestão Pública e Atualidades

11

A realização de manifestações públicas pacíficas em locais abertos ao público, independentemente de autorização, são alguns dos pré-requisitos constitucionais que garante

- (A) o direito de associação.
- (B) a liberdade de pensamento.
- (C) o direito de reunião.
- (D) a liberdade de crença.
- (E) o direito de ir e vir.

12

A preservação do capital natural como via do desenvolvimento sustentável ao longo do tempo, garantindo a própria sustentabilidade dos recursos naturais e ambientais constituindo uma base econômica sólida, é um pressuposto fundamental da

- (A) economia ecológica.
- (B) geopolítica.
- (C) desigualdade econômica.
- (D) extrativismo predatório.
- (E) cultura de descartabilidade.

13

O atendimento total ou parcial das demandas da sociedade por parte do governo, proporcionando melhores resultados com relação à política da gestão pública, é uma das características principais

- (A) da gestão de processos.
- (B) do programa de participação.
- (C) do programa compartilhado.
- (D) da qualidade e produtividade da gestão pública.
- (E) da gestão pública.

14

Assinale a opção que indica uma das aplicações do governo eletrônico feita em ambientes externos com o objetivo de reduzir os custos de transação e eliminando dados redundantes, melhorando e proporcionando serviços mais eficientes para seus fornecedores.

- (A) *govern to govern.*
- (B) *govern to business.*
- (C) *business to employee.*
- (D) *govern to employee.*
- (E) *citizen to business.*

15

Um dos pressupostos da *accountability* vertical decorre das prestações de contas dos responsáveis que fizeram as gestões dos recursos públicos.

Seguindo esse pressuposto, essas prestações de contas são destinadas

- (A) aos órgãos de controle.
- (B) exclusivamente em nível de Governo.
- (C) aos cidadãos.
- (D) aos Poderes.
- (E) aos grupos da sociedade civil.

16

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) trouxe um importante marco relacionado na proteção dos dados pessoais no Brasil, inclusive em consonância com práticas internacionais relativas à privacidade e segurança.

Um dos aspectos tratados nessa Lei se refere a dados pessoais sensíveis, onde há risco de preconceitos ou discriminações.

Assinale a opção que corresponde a uma das relações desses dados.

- (A) Identificações documentais.
- (B) Documentos pessoais.
- (C) Obrigações legais.
- (D) Origens étnicas.
- (E) Profissões.

17

Com relação ao orçamento público, para que seja evitado um gasto global, deve-se ter um conhecimento detalhado do que se está sendo autorizado, que é conhecido como princípio da especificação orçamentária.

Esse conhecimento específico é necessário para

- (A) o Órgão Central de Orçamento.
- (B) o Poder Executivo.
- (C) o Poder Judiciário.
- (D) o Tribunal de Contas.
- (E) o Poder Legislativo.

18

A espécie de orçamento que é caracterizado por dar ênfase no impacto no resultado dos gastos, ou seja, nas ações desenvolvidas, deixando como requisito secundário o montante dispendido, denomina-se

- (A) orçamento programa.
- (B) orçamento base zero.
- (C) orçamento clássico.
- (D) orçamento tradicional.
- (E) orçamento de desempenho.

19

O instrumento eficiente contido no Plano Plurianual que mensura o desempenho do programa, permitindo, conforme o caso, avaliar a eficácia, eficiência e efetividade atingidas na execução do programa, denomina-se

- (A) ação.
- (B) programa.
- (C) metafísica.
- (D) indicador.
- (E) diretriz.

20

As empresas públicas, bem como as sociedades de economia mista são categorias de entidades que compõem a administração indireta.

Quando essas entidades não produzem recursos suficientes para suas operações, passam a fazer parte

- (A) dos programas estatais de natureza atuarial.
- (B) do orçamento fiscal.
- (C) das normas relativas ao controle de custos.
- (D) do orçamento de investimento das empresas.
- (E) do orçamento da seguridade social.

Direito Administrativo

21

João, servidor público federal, sujeito ao regime jurídico instituído pela Lei nº 8.112/1990, ao analisar o seu contracheque, inerente ao mês de maio de 2024, constatou que, além do vencimento, houve o recebimento, em observância às formalidades legais, de valores a título de ajuda de custo, de diárias e de transporte.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que

- (A) a ajuda de custo e as diárias constituem indenização ao servidor João. Por outro lado, o transporte tem natureza jurídica de gratificação.
- (B) as diárias e o transporte constituem indenizações ao servidor João. Por outro lado, a ajuda de custo tem natureza jurídica de gratificação.
- (C) a ajuda de custo constitui indenização ao servidor João. Por outro lado, as diárias e o transporte têm natureza jurídica de gratificação.
- (D) as diárias constituem indenizações ao servidor João. Por outro lado, a ajuda de custo e o transporte têm natureza jurídica de gratificação.
- (E) a ajuda de custo, as diárias e o transporte constituem indenizações ao servidor João.

22

Após tomarem posse em cargos públicos no âmbito do Ministério da Cultura, Carlos, João e Maria, novos servidores públicos, foram convidados a acompanhar palestras sobre os contornos da Lei de Improbidade Administrativa, com especial enfoque às mudanças implementadas pela Lei nº 14.230/2021.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nas hipóteses de improcedência dos pedidos formulados pelo autor, nas ações de improbidade administrativa, incide o reexame obrigatório da sentença em segunda instância.
- II. Caso haja a conversão da ação de improbidade administrativa em ação civil pública caberá a interposição de agravo de instrumento.
- III. Em caso de revelia do réu, incide a presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo autor da ação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

23

Matheus, servidor público federal, foi punido no âmbito de um processo administrativo disciplinar, por ter descumprido, dolosamente, os deveres inerentes ao seu cargo, não cabendo outros recursos em face da decisão. Contudo, Matheus pretende formular um requerimento de revisão do processo administrativo, sob o fundamento de que houve injustiça na penalidade que lhe fora aplicada.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, analise as afirmativas a seguir:

- I. A simples alegação de injustiça da penalidade por parte de Matheus não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.
- II. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao Poder Público, e não ao requerente Matheus.
- III. A revisão a ser proposta por Matheus correrá em apenso ao processo originário.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e III, apenas.

24

A Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, foi alterada pela Lei nº 14.230/2021, que consagrou, expressamente, a possibilidade de celebração de acordos de não persecução cível, no contexto do processo negocial.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir:

- I. O acordo de não persecução cível poderá contemplar a adoção de mecanismos e procedimentos internos de integridade, de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, se for o caso, bem como de outras medidas em favor do interesse público e de boas práticas administrativas.
- II. Em qualquer caso, a celebração do acordo de não persecução cível considerará a personalidade do agente, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do ato de improbidade, bem como as vantagens, para o interesse público, da rápida solução do caso.
- III. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, salvo se oriunda de agentes privados.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

25

A sociedade empresária XYZ e o Estado Alfa celebraram contrato administrativo com objeto relacionado ao setor cultural brasileiro. No curso da avença, o Poder Público constatou que a entidade privada estava descumprindo cláusulas contratuais, dando ensejo, após a observância do contraditório e da ampla defesa, à aplicação de uma multa contratual.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, se está diante da manifestação do poder

- (A) de polícia, de natureza discricionária.
- (B) de polícia, de natureza vinculada.
- (C) regulamentar.
- (D) normativo.
- (E) disciplinar.

26

Em razão da importância do tema afeto à improbidade administrativa, João, servidor público federal no âmbito do Ministério da Cultura, resolveu dedicar parte do seu tempo ao estudo da matéria, para, posteriormente, debater o assunto com colegas de trabalho.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é **incorreto** afirmar que

- (A) para os fins da Lei nº 8.429/1992, considera-se agente público, apenas, o servidor público e todo aquele que exerce, de forma profissional, permanente e remunerada, por nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, cargo, emprego ou função nas entidades da Administração Direta e da Administração Indireta em âmbito federal, estadual, distrital e municipal.
- (B) independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções da Lei nº 8.429/1992 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (C) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- (D) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- (E) aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado na Lei nº 8.429/1992 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

27

Mário, servidor público federal, constata a existência, no seu acervo processual, de quatro processos administrativos, regidos pela Lei nº 9.784/1999, que demandam um maior cuidado. No primeiro processo, o referido servidor tem interesse direto na matéria. Por sua vez, a esposa de Mário participou da segunda relação processual na qualidade de perita. Mário percebeu, ainda, que está litigando, administrativamente, contra o interessado do terceiro processo. Por derradeiro, o irmão do agente público, parente colateral de segundo grau, atuou, como testemunha, na quarta relação processual.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir:

- I. Mário está impedido de atuar no primeiro processo administrativo, por ter interesse direto na matéria.
- II. Mário está impedido de atuar no segundo processo administrativo, porquanto sua esposa dele participou como perita.
- III. Mário não está impedido de atuar no quarto processo administrativo, pois o parentesco colateral com a testemunha não é causa legal de impedimento.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

28

Determinada Comissão instalada no Senado Federal pretende convocar João, Ministro de Estado, Maria, Presidente do Tribunal de Contas da União e Lucas, Governador do Estado Alfa, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a comissão instalada no Senado Federal

- (A) poderá convocar Lucas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. Contudo, a referida comissão não tem a prerrogativa de convocar João e Maria.
- (B) poderá convocar Maria, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. Contudo, a referida comissão não tem a prerrogativa de convocar João e Lucas.
- (C) poderá convocar João, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada. Contudo, a referida comissão não tem a prerrogativa de convocar Maria e Lucas.
- (D) não poderá convocar João, Maria ou Lucas, mas solicitar a presença das referidas autoridades, as quais terão a faculdade de atender ao pedido formulado.
- (E) não poderá convocar João, Maria ou Lucas, atribuição que compete ao Senado Federal, mas não, isoladamente, às comissões.

29

A Administração Pública, em observância às formalidades legais, expediu, após pedido formulado pela sociedade empresária XYZ, um alvará de licença para funcionamento de um estabelecimento comercial, onde serão realizados espetáculos artísticos.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a Administração Pública editou um ato administrativo

- (A) de consentimento.
- (B) de verificação.
- (C) enunciativo.
- (D) ordinatório.
- (E) normativo.

30

Após assumir um cargo no Ministério da Cultura, João foi informado que atuará, precipuamente, com processos administrativos sujeitos à normativa da Lei nº 9.784/1999. Em assim sendo, para melhor desempenhar as suas funções, o servidor público passou a estudar a legislação de regência, em especial os deveres dos administrados perante a Administração.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, **não é** um dever do administrado, perante a Administração

- (A) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- (B) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- (C) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- (D) expor os fatos conforme a verdade.
- (E) não agir de modo temerário.

Conhecimentos Específicos

31

João, especialista em Direito Cultural, foi convidado a cooperar com espaços de participação social, em que se articulam os poderes públicos e a sociedade civil para analisar a conjuntura do setor cultural e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de cultura a serem adotadas pelos planos de cultura.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.835/2024, é correto afirmar que João foi convidado a cooperar com

- (A) sistemas de informações e indicadores culturais.
- (B) sistemas de financiamento à cultura.
- (C) sistemas setoriais de cultura.
- (D) comissões intergestores.
- (E) conferências de cultura.

32

Luiz, estudante de Direito, resolveu analisar os contornos da Lei nº 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Durante os estudos, Luiz se deparou com um conceito legal que lhe intrigou, qual seja, *“quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.”*

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, é correto afirmar que se está diante do conceito de

- (A) elemento de urbanização.
- (B) barreiras urbanísticas.
- (C) adaptações razoáveis.
- (D) desenho universal.
- (E) mobiliário urbano.

33

Considerando as disposições da Lei nº 12.343/2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), analise as afirmativas a seguir:

- I. O Plano Nacional de Cultura será revisto anualmente, tendo como objetivo a atualização e o aperfeiçoamento de suas diretrizes e metas.
- II. O processo de revisão das diretrizes e estabelecimento de metas para o Plano Nacional de Cultura (PNC) será desenvolvido pelo Comitê Executivo do Plano Nacional de Cultura.
- III. O Comitê Executivo do Plano Nacional de Cultura será composto por membros indicados pelo Congresso Nacional e pelo Ministério da Cultura, tendo a participação de representantes do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), dos entes que aderirem ao Plano Nacional de Cultura (PNC) e do setor cultural.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

34

A Lei nº 14.835/2024, ao instituir o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), afirmou que a cultura, em suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, é um direito fundamental do ser humano, e o Estado deverá prover as condições indispensáveis ao pleno exercício dos direitos culturais, podendo sua ação ser complementada ou suplementada pela atuação da iniciativa privada para essa finalidade.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.835/2024, é **incorreto** afirmar que

- (A) os planos de cultura, estabelecidos por decreto do Presidente da República, são instrumentos de planejamento plurianual que orientam a execução da política pública de cultura e possibilitam a articulação das ações do poder público nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal.
- (B) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão estabelecer planos de cultura, de duração plurianual, com o objetivo de estabelecer diretrizes e metas e de definir como será efetuado o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da área da cultura.
- (C) os planos de cultura ou o sistema de cultura de cada ente federativo, considerados os respectivos âmbitos de atuação, têm como finalidades, entre outras, a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões.
- (D) a elaboração do Plano Nacional de Cultura deve considerar os princípios do Sistema Nacional de Cultura e as formas de efetivação do dever do Estado de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional.
- (E) cabe ao órgão gestor da cultura coordenar a execução do plano de cultura.

35

Segundo as disposições da Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, analise as afirmativas a seguir:

- I. A União poderá instituir, em coordenação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e organizações da sociedade civil, programas de capacitação voltados a membros de conselhos de políticas públicas.
- II. Ao decidir sobre a celebração de parcerias previstas na Lei nº 13.019/2014, o administrador público designará gestores habilitados a controlar e fiscalizar a execução em tempo hábil e de modo eficaz.
- III. O incentivo ao uso de recursos atualizados de tecnologias de informação e comunicação é uma diretriz fundamental do regime jurídico de parceria estabelecido pela Lei nº 13.019/2014.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

36

A Lei nº 13.018/2014, com o objetivo de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício de direitos culturais, instituiu a Política Nacional de Cultura Viva, trazendo, de forma expressa, objetivos dos pontões de cultura.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.018/2014, é um objetivo dos pontões de cultura

- (A) estimular a exploração de espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural.
- (B) potencializar iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e redes de colaboração.
- (C) promover, ampliar e garantir a criação e a produção artística e cultural.
- (D) formar redes de capacitação e de mobilização.
- (E) incentivar a preservação da cultura brasileira.

37

João, beneficiário de recursos públicos oriundos da Lei Complementar nº 195/2022, que dispôs sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19, buscou se informar sobre a prestação de contas à administração pública.

Nesse cenário, é correto afirmar que o beneficiário de recursos públicos oriundos da Lei Complementar nº 195/2022 deve prestar contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações

- (A) em relatório de execução financeira ou categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto, vedada a prestação de contas por intermédio da categoria de prestação de informações in loco.
- (B) em relatório de execução financeira, vedada a prestação de contas por intermédio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto ou da categoria de prestação de informações in loco.
- (C) in loco ou categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto, vedada a prestação de contas por intermédio da categoria de prestação de informações em relatório de execução financeira.
- (D) in loco ou categoria de prestação de informações em relatório de execução financeira, vedada a prestação de contas por intermédio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
- (E) in loco, categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto ou categoria de prestação de informações em relatório de execução financeira.

38

Marcos, interessado na temática afeta ao Direito Cultural, resolveu analisar os detalhes da Lei nº 14.835/2024, que instituiu o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.835/2024, analise as afirmativas a seguir:

- I. É dever do Estado assegurar a todos o pleno exercício dos direitos culturais, mediante apoio técnico, financeiro e profissional aos criadores, aos artistas, aos trabalhadores das áreas técnicas e aos demais profissionais que atuam nos diversos segmentos que compõem o setor cultural.
- II. A gestão pública da cultura tem por objetivo a criação de condições institucionais que permitam o pleno exercício dos direitos culturais de todos os grupos humanos, povos e comunidades no território nacional, conforme os princípios estabelecidos na Lei nº 14.835/2024.
- III. As políticas públicas de cultura são regidas, dentre outros, pelo princípio da democratização dos processos decisórios dos entes públicos da área cultural, com participação e controle social.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

39

A Lei nº 13.018/2014 instituiu a Política Nacional de Cultura Viva, tendo como base a parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no campo da cultura, com o objetivo de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.018/2014, analise as afirmativas a seguir:

- I. A União, por meio do Ministério da Cultura e dos entes federados parceiros, é autorizada a transferir de forma direta os recursos às entidades culturais integrantes do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, com a finalidade de prestar apoio financeiro à execução das ações da Política Nacional de Cultura Viva.
- II. A Política Nacional de Cultura Viva é de responsabilidade do Ministério da Cultura, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura.
- III. Nos casos de inexistência dos fundos de cultura estaduais e municipais, o repasse será efetivado por estrutura definida pelo Ministério da Cultura.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

40

A Lei nº 13.019/2014 instituiu normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, analise as afirmativas a seguir:

- I. Comissão de seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.
- II. Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- III. Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

41

Em razão da importância da cultura para a coletividade em geral, a Constituição Federal disciplinou expressamente esta temática, inclusive no que se refere à competência legislativa.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que legislar sobre cultura é uma competência

- (A) concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
- (B) exclusiva do Distrito Federal.
- (C) exclusiva dos Municípios.
- (D) privativa dos Estados.
- (E) privativa da União.

42

João foi convidado a palestrar aos novos integrantes de cargos públicos no âmbito do Ministério da Cultura. Em assim sendo, ao tratar da legislação que instituiu o Sistema Nacional de Cultura (SNC), João se referiu a um conceito legal, que consiste na ação efetiva do Estado de garantia a todos do pleno exercício dos direitos culturais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.835/2024, é correto afirmar que João se referiu ao conceito de

- (A) dimensão econômica da cultura.
- (B) dimensão simbólica da cultura.
- (C) dimensão cidadã da cultura.
- (D) instituição cultural.
- (E) direitos culturais.

43

A Lei nº 14.399/2022 instituiu a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.399/2022, é correto afirmar que

- (A) a universalização, padronização e simplificação dos procedimentos e dos mecanismos de repasse, de contrapartidas e de prestação de contas relativos à aplicação dos recursos de que trata a Lei nº 14.399/2022 é um princípio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
- (B) o estímulo à participação e ao controle social das políticas públicas de cultura, por meio dos órgãos e instâncias competentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é um objetivo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
- (C) a democratização do acesso à fruição e à produção artística e cultural nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, inclusive em suas áreas periféricas, urbanas e rurais, é um princípio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
- (D) a eficiência, racionalidade administrativa e desburocratização é um objetivo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.
- (E) o respeito à diversidade cultural é um objetivo da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

44

Integrantes da associação privada XYZ, interessados na qualificação da entidade como organização da sociedade civil, visando à celebração de parcerias com o Poder Público, consultam um advogado sobre os impedimentos previstos na legislação que versa sobre a matéria.

Nesse cenário, é **incorreto** afirmar que ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista na Lei nº 13.019/2014, a organização da sociedade civil que

- (A) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se, dentre outras hipóteses previstas em lei, for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados.
- (B) tenha entre seus dirigentes pessoa julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação.
- (C) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos dez anos.
- (D) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional.
- (E) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada.

45

Segundo as disposições da Lei nº 14.835/2024, que instituiu o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura, a realização, de forma regular e periódica, de conferências nacionais de cultura compete

- (A) à União Federal e aos Estados da federação, independentemente da adesão ao Sistema Nacional da Cultura (SNC).
- (B) aos Estados da federação e aos Municípios, independentemente da adesão ao Sistema Nacional da Cultura (SNC).
- (C) aos Estados da federação e aos Municípios que aderirem ao Sistema Nacional da Cultura (SNC).
- (D) à União Federal e aos Estados que aderirem ao Sistema Nacional da Cultura (SNC).
- (E) à União Federal.

46

O Presidente da República, com o objetivo de implementar promessas de campanha, buscou informações junto à sua equipe sobre meios de incentivar a cultura no território nacional. Em assim sendo, o agente político tomou conhecimento sobre a existência da Lei nº 14.399/2022, que instituiu a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e estabelece, ainda, fontes de recursos que poderão ser utilizadas para a efetivação das medidas previstas na legislação de regência.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.399/2022, analise as afirmativas a seguir:

- I. Retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos em empresas e em projetos culturais feitos com recursos do Fundo Nacional da Cultura.
- II. Recursos provenientes da arrecadação da Loteria Federal da Cultura, a ser criada por lei específica.
- III. Recursos provenientes da Cide-Jogos destinados à cultura.

Nesse cenário, para as medidas de que trata a Lei nº 14.399/2022, poderá ser utilizado como fonte de recurso o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

47

Segundo as disposições da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- II. Obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.
- III. Criações científicas, artísticas e tecnológicas.
- IV. Formas de expressão.

Constituem patrimônio cultural brasileiro o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

48

O Decreto 11.525/2023 regulamentou a Lei Complementar nº 195/2022, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Nesse contexto, ao estabelecer normas sobre monitoramento, transparência e avaliação de resultados, o ato normativo infralegal previu que, encerrado o prazo de execução dos recursos, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam apresentar, por meio da plataforma Transferegov.br, o relatório final de gestão, conforme modelo fornecido pelo Ministério da Cultura, com informações sobre a execução dos recursos recebidos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto 11.525/2023, é **incorreto** afirmar que

- (A) o Ministério da Cultura poderá, a qualquer tempo, requerer e estabelecer prazo para o envio de relatórios parciais para averiguação de possíveis irregularidades e avaliação qualitativa das ações.
- (B) o Ministério da Cultura poderá dispensar, integral ou parcialmente, a apresentação, pelos entes federativos, de documentos já apresentados ou mapeados durante o processo de execução.
- (C) os recursos provenientes de ressarcimentos, multas ou devoluções realizadas pelos agentes culturais destinatários finais dos recursos serão recolhidos pelo Ministério da Cultura.
- (D) a responsabilidade pelo envio do relatório final de gestão no prazo estabelecido é do gestor competente, garantida a fidedignidade das informações.
- (E) o Ministério da Cultura editará comunicados com orientações para o preenchimento do relatório de gestão final.

49

O Decreto nº 11.453/2023, ao dispor sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, traz o conceito de termo de execução cultural, o qual visa estabelecer as obrigações da administração pública e do agente cultural para o alcance do interesse mútuo de promover a realização de ações culturais ou apoiar espaços culturais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto nº 11.453/2023, é **incorreto** afirmar que os recursos do termo de execução cultural poderão ser utilizados para o pagamento de

- (A) assessoria de comunicação e despesas com a divulgação e o impulsionamento de conteúdo.
- (B) despesas com a manutenção de espaços, salvo aluguel e contas de água e energia.
- (C) desenvolvimento e manutenção de soluções de tecnologia da informação.
- (D) assessoria jurídica, serviços contábeis e assessoria de gestão de projeto.
- (E) remuneração de equipe de trabalho com os respectivos encargos.

50

O Decreto nº 11.453/2023, ao dispor sobre mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, consagra chamamentos públicos das políticas culturais de fomento, que se pautarão por procedimentos claros, objetivos e simplificados, com uso de linguagem simples.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Decreto nº 11.453/2023 sobre a etapa de habilitação no âmbito dos chamamentos públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os requisitos de habilitação serão compatíveis com a natureza do instrumento jurídico respectivo e não poderão implicar restrições que prejudiquem a democratização do acesso de agentes culturais às políticas públicas de fomento.
- II. O cadastro prévio poderá ser utilizado como ferramenta para dar celeridade à etapa de habilitação.
- III. Os documentos para habilitação deverão ser exigidos na etapa de inscrição de propostas.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

51

A Lei nº 13.146/2015, ao instituir o Estatuto da Pessoa com Deficiência, trouxe normas atinentes à igualdade e à não discriminação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, é **incorreto** afirmar que

- (A) se, no exercício de suas funções, os juízes tiverem conhecimento de fatos que caracterizem violações aos direitos previstos na Lei nº 13.146/2015, devem remeter peças à autoridade policial, requisitando a instauração de inquérito.
- (B) a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
- (C) a pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.
- (D) é dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.
- (E) a pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

52

A organização da sociedade civil XYZ, em observância às formalidades legais, consagrou-se vencedora em chamamento público realizado para a celebração de uma parceria com o Poder Público. Desta forma, os integrantes da entidade procederam à análise da legislação de regência, especialmente no que se refere à formalização e à execução da parceria.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, é **incorreto** afirmar que a parceria celebrada entre a organização social XYZ e a administração pública terá como cláusula essencial

- (A) a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.
- (B) a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública.
- (C) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.
- (D) a prerrogativa atribuída à organização da sociedade civil para transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.
- (E) a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos.

53

João, em observância às formalidades legais, compõe a Comissão Nacional de incentivo à Cultura (CNIC), instituída pela Lei nº 8.313/1991.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.313/1991, é correto afirmar que João, no âmbito da CNIC, é um representante

- (A) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- (B) do empresariado brasileiro.
- (C) dos Estados da Federação.
- (D) do Congresso Nacional.
- (E) dos Municípios.

54

À luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência, nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os espaços e assentos devem situar-se em locais que garantam a acomodação de, no mínimo, dois acompanhantes da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, resguardado o direito de se acomodar proximamente a grupo familiar e comunitário.
- II. No caso de não haver comprovada procura pelos assentos reservados, esses não poderão ser ocupados por pessoas sem deficiência ou que não tenham mobilidade reduzida.
- III. As salas de cinema devem oferecer, em todas as sessões, recursos de acessibilidade para a pessoa com deficiência.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

55

O Decreto nº 11.453/2023 dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura.

Desta forma, analise as afirmativas a seguir:

- I. Estimular ações com vistas a valorizar artistas, mestres de culturas populares tradicionais, técnicos e estudiosos da cultura brasileira.
- II. Promover o restauro, a preservação e o uso sustentável do patrimônio cultural brasileiro em suas dimensões material e imaterial.
- III. Viabilizar a expressão cultural de todas as regiões do País e a sua difusão em escala nacional.

Nesse cenário, os mecanismos de fomento cultural contribuirão para o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

56

A Lei nº 12.343/2010 instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.343/2010, é um objetivo do Plano Nacional de Cultura

- (A) a colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura.
- (B) a participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.
- (C) a ampliação da presença e do intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo.
- (D) a responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais.
- (E) a democratização das instâncias de formulação das políticas culturais.

57

A Lei nº 8.313/1991 instituiu a Ordem do Mérito Cultural, cujo estatuto será aprovado por Decreto do Poder Executivo, sendo que as distinções serão concedidas em ato solene, a pessoas que, por sua atuação profissional ou como incentivadoras das artes e da cultura, mereçam reconhecimento. Registre-se que, em observância às formalidades legais, João receberá a referida distinção.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.313/1991, é correto afirmar que a distinção em benefício de João será concedida pelo

- (A) Presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados.
- (B) Presidente da Comissão de Cultura do Senado Federal.
- (C) Ministro de Estado da Cultura.
- (D) Vice-Presidente da República.
- (E) Presidente da República.

58

Após alcançar a maioria, João resolveu analisar as normas aplicáveis ao direito ao trabalho, nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Em assim sendo, ao consultar a legislação de regência, João constatou que a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, analise as afirmativas a seguir:

- I. A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.
- II. Os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, salvo o cooperativismo, devem prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias.
- III. As pessoas jurídicas de direito público são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos, obrigação não imposta às pessoas jurídicas de direito privado.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

59

A Lei nº 8.313/1991, além de instituir o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), autorizou a constituição de Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART), sob a forma de condomínio, sem personalidade jurídica, caracterizando comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.313/1991, é **incorreto** afirmar que são considerados projetos culturais e artísticos, para fins de aplicação de recursos do FICART

- (A) quaisquer atividades comerciais ou industriais, de interesse cultural, assim consideradas, em conjunto, pela Secretaria da Cultura da Presidência da República (SEC/PR) e pelo Ministério do Planejamento.
- (B) construção, restauração, reparação ou equipamento de salas e outros ambientes destinados a atividades com objetivos culturais, de propriedade de entidades com fins lucrativos.
- (C) a produção comercial de instrumentos musicais, bem como de discos, fitas, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográficas.
- (D) a edição comercial de obras relativas às ciências, às letras e às artes, bem como de obras de referência e outras de cunho cultural.
- (E) a produção comercial de espetáculos teatrais, de dança, música, circo e demais atividades congêneres.

60

A Lei nº 13.146/2015, ao instituir o Estatuto da Pessoa com Deficiência, assegura atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, é **incorreto** afirmar que

- (A) os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação facultativa pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- (B) quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.
- (C) à pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.
- (D) são vedadas todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, inclusive por meio de cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde, em razão de sua condição.
- (E) aos profissionais que prestam assistência à pessoa com deficiência, especialmente em serviços de habilitação e de reabilitação, deve ser garantida capacitação inicial e continuada.

Redação

Texto 1

A Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc mais do que socorrer artistas, agentes culturais, grupos, coletivos e instituições, evidenciou a complexidade da realidade do campo cultural no Brasil, particularmente seus paradoxos. Por um lado, a LAB, como ficou popularmente conhecida, pode ser reconhecida como um marco na história contemporânea das políticas culturais no país, na medida em que é resultado de um amplo processo de participação política e setorial, e de uma efetiva articulação sistêmica envolvendo o legislativo e o executivo nas três esferas de governança. Seu processo de formulação, aprovação e operacionalização envolveu artistas e agentes culturais, fóruns de gestores culturais, poder legislativo, organizações da sociedade civil e secretarias de cultura, numa articulação nunca antes vista no país. A expressão “primeira a parar, última a voltar”, se transformou no bordão que melhor refletia a situação da cultura em tempos de pandemia.

observatóriodiversidade.com.br

Texto 2



Miguel Paiva

A partir da coletânea, redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você deve expor suas ideias de forma clara, coerente e em conformidade com a norma culta, apresentando argumentos que sustentem seu ponto de vista sobre o tema:

A IMPORTÂNCIA DE LEIS DE FOMENTO À CULTURA NO CONTEXTO ATUAL BRASILEIRO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

